

Argentina e Bolívia não pagam

O governo argentino deixou de pagar ontem US\$ 750 milhões e a Bolívia não pagou US\$ 22,5 milhões. E o Chile ameaça.

A Argentina comunicou ontem aos bancos internacionais que não poderá pagar-lhes a parcela de US\$ 750 milhões, vencida ontem, de um empréstimo-ponte de US\$ 1,1 bilhão. Também a Bolívia entrou em moratória ontem, ao não cumprir um pagamento de US\$ 22,5 milhões. E o Chile anunciou que não poderá saldar sua dívida externa se os juros se mantiverem altos.



Um telex foi enviado pelo Citibank a mais de 300 credores bancários da Argentina, informando-os sobre a incapacidade do governo do presidente Raúl Alfonsín de cumprir o prazo de 15 de junho para a devolução do empréstimo assinado a 31 de dezembro de 1982, que já foi adiado diversas vezes. O Citibank comunicou aos credores que o empréstimo será renovado dia a dia, até novo aviso, e que os juros sobre as renovações começam a correr a partir de hoje.

A informação foi divulgada ao mesmo tempo que o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos anuncia que não prorrogará a garantia de um empréstimo de US\$ 300 milhões, oferecida à Argentina no fim de março e que termina hoje. O Tesouro norte-americano não excluiu a possibilidade de um novo crédito, se o país chegar a um acordo com o Fundo Monetário Internacional a respeito de um programa de austeridade econômica, afirmou aquele Departamento.

A decisão anunciada pelo Tesouro, de suspender a garantia, não terá grande efeito prático sobre a operação do US\$ 300 milhões que o Brasil, México, Colômbia e Venezuela concederam à Argentina em março, pois os quatro países já informaram que não presionarão na cobrança desses recursos.

Temores

Os dirigentes financeiros norte-americanos temem que o desafio do presidente Raúl Alfonsín ao FMI possa ter um impacto emulativo em países que, como o Peru, Chile, Brasil e a República Dominicana, apresentam problemas na aplicação dos programas de austeridade recomendados pelo organismo.

O diário novaiorquino *The Wall Street Journal* alertou, entretanto, que "se a Argentina for muito pressionada, corre-se o risco de obrigar esse país a romper com o FMI e forçar os países vizinhos a seguir-lhe o exemplo".

O diretor de Estudos Latino-Americanos da Universidade John Hopkins, em Washington, Riordan Roett, afirmou que "Alfonsín já dispõe de pouco espaço para retroceder". E o economista Albert Fishlow, da Universidade da Califórnia (Berkeley), disse que a posição argentina "atinge o próprio coração do sistema desenvolvido há anos para administrar a dívida externa".

Numa corrida contra o relógio, os meios financeiros norte-americanos tentam encontrar uma solução para o problema argentino e evitar que esse país caia na total falta de liquidez. Mas o presidente da Reserva Federal, Paul Volcker, disse a um grupo de congressistas que, em caso de uma insolvência argentina, o prejuízo "em si mesmo não seria de um terrível significado".

Como foi

A Argentina teria de pagar aos bancos norte-americanos, até o próximo dia 30, juros no total de US\$ 450 milhões. Em março passado, diante da impossibilidade de cumprir uma obrigação similar de US\$ 500 milhões, foi favorecida por um arranjo multilateral de última hora, numa operação em que se envolveram o Brasil, Colômbia, México e Venezuela, com o aval dos Estados Unidos. O aval foi concedido em março por 30 dias, mas no fim de abril obteve prorrogação e em maio teve de ser ampliado até ontem.

O Tesouro norte-americano concedeu o aval na esperança de que a Argentina e o FMI chegassem a um acordo sobre um crédito stand-by de US\$ 1 bilhão. De acordo com os termos da operação, os EUA se comprometiam a pagar os outros participantes, para receber da Argentina, uma vez concluído o acordo com o FMI. Segunda-feira passada, a Argentina recusou-se a seguir a política de ajustamento econômico proposta pelo Fundo, para evitar conflitos sociais internos.

A decisão argentina suscita a possibilidade de que vários bancos norte-americanos maiores, inclusive o Continental Illinois de Chicago, que vem sofrendo dificuldades, tencionam fechar seus balanços do trimestre, no dia 30 de junho, dando conta de perdas de lucros.

A Argentina espera

A Argentina anunciou ontem à noite que entrará em negociações de boa fé com os países latino-americanos para determinar de que forma pagará o empréstimo multilateral de US\$ 300 milhões. O ministro argentino da Economia, Bernardo Grinspun, ao anunciar a decisão do seu país, em Buenos Aires, afirmou que "não há pré-condições em absoluto" para essas negociações. Grinspun evitou classificar de pressão a atitude norte-americana de retirar seu aval.

O vice-presidente argentino, Víctor Martínez, no exercício da Presidência, afirmou ontem à noite que "não haverá resposta oficial" à decisão norte-americana de suspender a garantia. "De qualquer maneira, nosso governo vai esperar agora as imposições concretas do FMI", assinalou, ficando na expectativa de uma resposta à carta de intenção enviada ao organismo pelo presidente Raúl Alfonsín.

A Bolívia insolvente

A partir de ontem, a Bolívia passou à categoria de país "insolvente", de acordo com as normas bancárias dos Estados Unidos, por não ter efetuado, pelo terceiro mês consecutivo, os pagamentos a seus credores de bancos particulares internacionais.

— De fato, não pagaremos nada e o governo mantém sua posição de não saldar a dívida internacional privada, enquanto ela não for renegociada", anunciou ontem o ministro das Finanças, Oscar Bonifaz. A Bolívia deve aos bancos internacionais cerca de US\$ 22,5 bilhões de dólares. Em abril de 81, renegociou parte de sua dívida com os bancos privados, mas nos últimos dois anos não pôde cumprir plenamente os compromissos assumidos.

No dia 31 de maio, o presidente Hernán Siles Zuazo, pressionado pela Central Operária Boliviana (COB), decidiu adiar os pagamentos, até conseguir renegociação de toda a dívida do país, com novos prazos e juros.

No Chile, o general Augusto Pinochet, após queixar-se dos juros altos, criticou uma recente proposta da Comissão de Comércio Internacional dos EUA, de reduzir as compras do cobre chileno. O país sofre uma recessão que dificulta o pagamento dos US\$ 20 bilhões que deve aos bancos internacionais.